



Dr. Moises Apsan
30 Anos de Experiência
Licenciado em 50 Estados *

1-(877) 8738510
Agende uma Consulta

Apsan Law Offices, LLC.

Original page: [O divórcio nos Estados Unidos](#)



Visão Geral

Os números de divórcio nos Estados Unidos aumentaram dramaticamente nos últimos 25 anos. Mais de 40 por cento dos casamentos entre jovens americanos acabarão em divórcio. Sob as leis da maioria dos estados dos Estados Unidos, um divórcio é chamado dissolução de casamento. Esta mudança de nome foi acompanhada por uma mudança em divórcio baseado em culpa, onde um partido era achado culpado de um dos fundamentos para divórcio tal como adultério, abandono, ou tratamento inumano cruel. Agora, sob divórcio sem nenhuma falta, é simplesmente necessário pleitear que o casamento é "irreparavelmente quebrado" ou isso há "diferenças de irreconcilable, "18 meses de separação".

Requisitos

Em qual estado você da entrada em seu divórcio?

Para começar o processo de divórcio, você necessita arquivar uma queixa na corte onde você ou seu esposo vive. Em sua queixa ou na sua sessão, você terá que encontrar o requisito de residência para o fundamento que você especificou em sua ação de divórcio. As leis de divórcio se aplicam aos residentes de um estado, e cada estado tem seus próprios requisitos de residência. Alguns estados têm um requisito de residência para um ano, outros para seis meses. A lei absolutamente requer que você ou seu esposo foi residente durante o período declarado de tempo imediatamente antes do tempo em que você arquivou sua queixa de divórcio. Por exemplo, você não pode ter vivido em New Jersey por seis meses e arquivar uma queixa de divórcio mas você então pode fazê-lo na Califórnia. Alguns estados são ainda mais ferozes e são requerer 60 dia de residência.

Notas:

Mesmo Estado, Endereços Diferentes

Você não tem que permanecer no mesmo endereço para cumprir seu requisito de residência. Você pode se mudar para qualquer lugar dentro do estado em que você está pleiteando o divórcio.

Prova de Residência

Na maioria de casos sua declaração é suficiente para estabelecer residência. Mas casos já foram despedidos e até anulados por causa de prova imprópria de residência. Para ficar seguro, traga cópias de documentos mostrando seu endereço, tais como aluguéis e carteira de motorista.

Residente versus Não-Residente

Contanto que um de vocês seja residente do estado, isso normalmente é suficiente para que os requisitos de residências seja satisfeito.

Como Estabelecer Residência

Alugue um apartamento. Registre-se para votar. Receba uma licença do motorista. Receba um trabalho. Registre seu carro. A lista é interminável.

A Jurisdição de município (local de reunião)

Na maioria de estados, o município onde você vive irá direcionar em qual corte seu divórcio acontecerá. Isto é chamado local de reunião. O divórcio deve ser arquivado onde qualquer o réu ou o querelante reside ou onde qualquer um deles regularmente esteja empregado ou tenha um negócio.

O Quadro de Requisito de Residência por Estado

Alabama	6 Meses or 180 Dias
Alaska	30 Dias
Arizona	90 Dias
Arkansas	60 Dias
California	6 Meses or 180 Dias
Colorado	90 Dias
Connecticut	12 Meses or 1 Ano
Delaware	6 Meses or 180 Dias
District of Columbia	6 Meses or 180 Dias
Florida	6 Meses or 180 Dias
Georgia	6 Meses or 180 Dias
Hawaii	6 Meses or 180 Dias
Idaho	6 Semanas
Illinois	90 Dias
Indiana	6 Meses or 180 Dias
Iowa	12 Meses or 1 Ano
Kansas	60 Dias
Kentucky	6 Meses or 180 Dias
Louisiana	6 Meses or 180 Dias
Maine	6 Meses or 180 Dias
Maryland	12 Meses or 1 Ano
Massachusetts	12 Meses or 1 Ano
Michigan	6 Meses or 180 Dias
Minnesota	6 Meses or 180 Dias
Mississippi	6 Meses or 180 Dias

Missouri	90 Dias
Montana	90 Dias
Nebraska	12 Meses or 1 Ano
Nevada	6 Semanas
New Hampshire	12 Meses or 1 Ano
New Jersey	12 Meses or 1 Ano
New Mexico	6 Meses or 180 Dias
New York	2-12 Meses or 1 Ano
North Carolina	6 Meses or 180 Dias
North Dakota	6 Meses or 180 Dias
Ohio	6 Meses or 180 Dias
Oklahoma	6 Meses or 180 Dias
Oregon	6 Meses or 180 Dias
Pennsylvania	6 Meses or 180 Dias
Rhode Island	12 Meses or 1 Ano
South Carolina	1-12 Meses or 1 Ano
South Dakota	Sem Previsao
Tennessee	6 Meses or 180 Dias
Texas	6 Meses or 180 Dias
Utah	90 Dias
Vermont	6 Meses or 180 Dias
Virginia	6 Meses or 180 Dias
Washington	Sem Previsao
West Virginia	12 Meses or 1 Ano
Wisconsin	6 Meses or 180 Dias
Wyoming	60 Dias

1 Se ambos esposos sãŁo residentes da Carolina do Sul, o requisito de residãancia é reduzido a 3 meses.

2 Se a causa de ação ocorreu em NY e os partidos foram casados em Nova Iorque, nãŁo hã período específico de tempo necessário para residãancia

Amigável vs. litigioso

Um divórcio pode ser fácil, rápido e barato ou pode tornar-se o pesadelo de sua vida. Um divórcio amigável simples é chamado um "divórcio incontestado" e divórcio litigioso é chamado um "divórcio contestado".

Divórcio Amigável

Todo mundo sabe que quando os partidos entram em luta para um divórcio, devem haver dois advogados envolvidos. Cada partido tem que representar seus interesses. Em casos contestados isto é uma necessidade absoluta porque sem advogado competente voc a pode encontrar erros que sãŁo feitos durante o processo de divórcio e que podem causar danos permanentes a voc a ou a suas crianças. Em alguns casos danos sãŁrios. EntãŁo um advogado   necessário em nos casos contestados. Mas o divórcio deve ser contestado? Normalmente nãŁo. Muitos milhares de divórcios incontestados sãŁo concedidos cada ano. Ao menos que haja uma grande disputa sobre ativos ou suporte (pensãŁo) nãŁo hã nenhuma razãŁo para que as duas pessoas nãŁo possam alcançar um acordo, evitando e eliminando os problemas financeiros e emotivos que naturalmente

surgem quando duas pessoas argumentam.

Você é responsável por seu próprio divórcio.

Não interessa o que alguém possa dizer, divórcio podem ser cruciais.

Quando os dois partidos argumentam, isso só serve para inflamar o problema subjacente que causou a ruptura em primeiro lugar. Regularmente fica pior quando há crianças envolvidas. Não importa o quanto você tenta esconder deles, eles sempre sabem o que está acontecendo, mesmo em idades muito novas. Quando um par tem a habilidade de trabalhar junto em um divórcio baseado em um relacionamento confiável para atingir benefício mútuo e eles estão completamente informados sobre as leis de divórcio e procedimentos, a maioria dos assuntos do divórcio podem ser resolvidos entre eles. Por manter o processo de decisão longe de advogados e cortes as pessoas são capazes de tomar decisões lógicas que simplificarão o processo de divórcio. Você tem o entendimento melhor de sua vida e situação. Nada pode substituir este conhecimento. Com cuidadosa consideração e um relacionamento amigável entre, acordos justos e apropriados para resolverem seus assuntos de divórcio podem ser alcançados. Acordos justos de separação podem ser alcançados se os dois partidos põem de lado suas hostilidades.

Nós temos ouvido sobre o divórcio contestado e como ele pode ser caro e doloroso para o coração. Isto é a natureza do método adversarial que chamamos de litigioso. Cada lado emprega um advogado. Cada advogado com a ajuda do cliente cria a "teoria do caso," Isto é a teoria apresentada em corte. O geralmente é criado um cenário que aquele partido é mais em falta do que o outro. Entretanto, nestes dias, ao menos em lutas por crianças, culpa não é um assunto muito relevante. O que é importante nestes divórcios contestados é a divisão financeira de propriedade. Não importa se os partidos têm muitos ativos ou um ativo pequeno, o litígio torna-se caro porque o advogado, em ordem a não cometer má prática, deve ir por cada passo caro no processo mesmo se não há nenhum ativo. Antes do julgamento, as cortes normalmente têm uma conferência onde os dois advogados contam ao juiz seus lados. O juiz sempre tenta determinar o caso. Se isso é possível então o divórcio acontece naquele dia. Se não é possível, uma data é programada para julgamento. Um processo caro e longo. Um processo em que ninguém verdadeiramente ganha. Por isto é que é tão importante que o par que está divorciando manter uma mente aberta e por as hostilidades de lado. Quando isto é feito, um acordo apropriado pode ser alcançado e o divórcio pode ser processado como "incontestado".

Antipatia e tensão financeira é reduzida se o processo é evitado. Um dos resultados naturais de um divórcio litigioso é que os partidos tornam-se zangados, desconfiados, inseguros e confusos. Não é distante de acreditar que as pessoas de classe baixa encontrarão um caminho médio e entrar num acordo amigável. Vocês realmente podem sair do relacionamento como amigos. Esta meta é bem importante quando existem crianças envolvidas. Lembre-se de que você pode estar divorciando de seu esposo, mas não de suas crianças. Na maioria dos casos os partidos ainda têm que comunicar um com o outro a respeito das crianças durante muitos anos por vir. Co-paternidade ativa requer respeito mútuo entre os pais. Continuar com o processo e a antipatia tende a fazer a co-paternidade muito difícil. Um pensamento justo sempre reduz e pode até eliminar o ambiente pesado entre o casal.

Divórcio Litigioso

Quando os partidos não podem concordar ao determinar sua disputa conjugal, o próximo passo é para ir para a corte e resolver esse assunto. Isto é sabido como uma ação contestada. Cada caso necessariamente difere em seus fatos mas o seguinte contorno ilustra o processo.

1. O INÍCIO DA AÇÃO

Nova Iorque requer serviço pessoal de uma CITAÇÃO, um documento legal pelo qual o querelante informa o réu do tipo de ação que sendo movida (Divórcio, Separação ou Anulação). O réu então normalmente contrata um advogado que envia um AVISO DE APARÊNCIA ao procurador do querelante exigindo saber qual é o caso específico do querelante, i.e., a QUEIXA VERIFICADA.

2. PLEITEIO (DEFESA)

O querelante agora serve a queixa verificada. Esta queixa expõe a base para cada reivindicação (causa de ação) que o querelante tem contra o réu. O réu responde por meio de uma RESPOSTA VERIFICADA que admite ou nega as alegações da queixa. O réu também pode incluir um CONTRA-ARGUMENTO para divórcio contra defesas querelantas ou afirmativas. Se o réu apresentar um contra-argumento, o querelante deve servir uma RESPOSTA VERIFICADA ou o contra-argumento será tratado como indefeso. 3. A CONFERÊNCIA PRELIMINAR Cada procurador pode arquivar uma exigência para uma CONFERÊNCIA PRELIMINAR que pede que a corte programe datas de revelação. As cortes requerem que ambos partidos e seus procuradores assistam esta conferência que normalmente é presidida pelo juiz ou o Secretário de Lei do juiz. Nesta conferência, se custódia está em disputa, a corte pode mandar um psicólogo ou psiquiatra judicial entrevistar os pais e as crianças, depois ele fornece um relatório para a corte. Este relatório apresenta a opinião do perito como a que arranjos relativos a custódia de visita estariam nos interesses melhores das crianças. A corte também designará um GUARDIÃO DE LEI, um procurador que representa as crianças. Os partidos são requisitados a pagar estes profissionais.

4. REVELAÇÃO FINANCEIRA

Na maioria dos casos, conferência de descoberta em ações matrimoniais é confinada a questões financeiras. A lei vê o casamento como sendo uma sociedade econômica que deve ser desmantelada pela conclusão da ação de divórcio. A analogia frequentemente usada é um que de uma corporação indo a falência e seus ativos sendo distribuídos aos credores.

a. Os partidos devem trocar uma DECLARAÇÃO DE REDE DE VALORES, declarações financeiras essencialmente pessoais, juntas com recibos atuais de pagamentos e retornos estaduais, imposto de renda federais recentes.

b. Os partidos podem ser servidos com AVISO DE DESCOBERTA E INSPEÇÃO que requer a produção de registros financeiros originais.

c. Os partidos podem ser servidos com INTERROGATÓRIOS que são perguntas escritas sobre finanças que requerem respostas juradas.

d. Os partidos podem ser interrogados numa DEPOSIÇÃO (exame antes de julgamento) sob juramento com um repórter de corte registrando o procedimento.

O comprimento do processo de descoberta varia dependendo da complexidade dos ativos dos partidos. A fase de descoberta tipicamente toma pelo menos três (3) meses.

5. AVALIAÇÃO

Durante a fase de descoberta, é freqüentemente necessário contratar peritos para avaliar certos ativos conjugais para o propósito de distribuição equitativa. Estes ativos podem incluir a residência conjugal, um negócio, pensões, ou graus educacionais.

6. A PRÁTICA DE MOVIMENTO

Durante a ação, é muito comum para um ou ambos partidos arquivar uma aplicação para temporário (leve pendente) alívio. Este movimento freqüentemente procura manutenção temporária ou apoio de criança, custódia temporária, ocupação exclusiva da residência conjugal, etc.

Há muitas outras espécies de movimentos ou aplicações que podem ser arquivados numa ação; eles são confinados só pelos fatos de um caso particular e das energias criativas dos procuradores.

7. A CONFERÊNCIA DE CONFORMIDADE

Nesta conferência a corte determinará (1) se qualquer resto financeiro de revelação deve ser feito, e (2) se o caso pode ser defendido. Se o caso é certificado para julgamento, uma NOTA DE EDIÇÃO é arquivada pelo querelante e uma data de julgamento é posta. Atentas ao fato de casos de horror no passado onde casos matrimoniais arrastaram-se interminavelmente, as cortes crescentemente são inclinadas a segurar procuradores e seus clientes a estas datas programadas para julgamento.

8. A CONCLUSÃO DO CASO

Alguns casos são liquidados por JULGAMENTO. Os julgamentos são empreendimentos muito caros mas às vezes necessários quando os partidos simplesmente não podem concordar. Mais comumente, questões são resolvidas por um ACORDO escrito (estipulação) pelos partidos voluntariamente, onde eles concordam sobre tudo e declaram isso por escrito. Os termos e condições do acordo podem ou não podem ser incorporados em um JULGAMENTO DE DIVÓRCIO.

Razões

Cada estado requer uma razão para o divórcio. Estes são chamados "grounds" ("fundamentos"). Na maioria dos estados você pode receber um divórcio sem quem nenhuma das partes seja considerada culpada, mas em outros, tal como Nova Iorque um dos partidos deve ter cometido uma falta.

Os fundamentos para Divórcio por Estado

"Grounds for Divorce and Residency Requirements* "

STATE	No Fault Added to No Fault Traditional Sole Ground	Incompatibility	Living Separate and Judicial Separation	Durational Residency Requirements**

Alabama Ala. Code Â§ 30-2-1 Ala. Code Â§ 30-2-2 Ala. Code Â§ 30-2-5	X	X	2 years	X	6 months
Alaska Alaska Stat. Â§ 25.24.050	X	X			None
Arizona ARIZ. REV. STAT. ANN. Â§ 25-312 ARIZ. REV. STAT. ANN. Â§ 25-313 ARIZ. REV. STAT. ANN. Â§ 25- 903	X	X1	X	X	90 days
Arkansas ARK. CODE ANN. Â§ 9-1- -301 ARK. CODE ANN. Â§ 9-12-307		X1	X2	18 months	x 60 days
California CAL. FAM. CODE Â§ 2310 CAL. FAM. CODE Â§ 2311 CAL. FAM. CODE Â§ 2312 CAL. FAM. CODE Â§ 2320	X		X14	X	6 months
Colorado Colo. REV. STAT. Â§ 14-1- -106 Colo. REV. STAT. Â§ 14-10-110	X		X3	X	91 days
Connecticut CONN. GEN. STAT. Â§ 46B- 40 CONN. GEN. STAT. Â§ 46B-44		X	X	18 months	X 12 months
Delaware del. Code ANN. tit. 13 Â§ 1503 thru Â§ 1505	X	X	6 months	X	6 months
District of Columbia d.C. Code Â§ 16-902 d.C. Code Â§ 16-904			6 months or 1 year ⁴	X	6 months
Florida Fla. Stat. Â§ 61.021 Fla. Stat. Â§ 61.052	X		X	X	6 months
Georgia GA. CODE ANN. Â§ 19-5-2 GA. CODE ANN. Â§ 19-5-3		X	X		6 months
Hawaii HAW. REV. STAT. Â§ 580-1 HAW. REV. STAT. Â§ 580- 41 HAW. REV. STAT. Â§ 580-42 HAW. REV. STAT. Â§ 580-71	X		X	2 years	X 6 months
Idaho idaho Code ANN. Â§ 32- 603 idaho Code ANN. Â§ 32-610 idaho Code ANN. Â§ 32-701		X	X6	5 years	6 weeks ⁵
Illinois 750Ill. Comp.Stat.5/401 750Ill. Comp.Stat.5/402	X		X6	2 years or 6 months ⁷	X 90 days
Indiana Ind. Code Â§ 31-15-2-2 Ind. Code Â§ 31-15-2-3 Ind. Code Â§ 31-15-2-6 Ind. Code Â§ 31-15-2-7	X	X		X	6 months ⁸
Iowa Iowa Code Â§ 598.5 Iowa Code Â§ 598.17	X		X	X	None ⁹
Kansas KAN. STAT. ANN. Â§ 23- 2701 KAN. STAT. ANN. Â§ 23-2703		X	X	X	60 days

STATE	No Fault Sole Ground	No Fault Added to Traditional Incompatibility	Living Separate and Judicial Separation	Durational Residency Requirements**
Kentucky Ky. Rev. STAT. ANN. Â§ 403.050 Ky. Rev. STAT. ANN. Â§ 403.140 ky. Rev. STAT. ANN. Â§ 403.170	X	X	60 X days10	180 days
Louisiana La. CIV. Code ANN. ART. 102 La. CIV. Code ANN. ART. 103 La. CIV. Code ANN. ART. 103.1		X1	180 X12 days or 1 year1,11	None
Maine me. Rev. STAT. ANN. tit. 19-A Â§901 me. Rev. STAT. ANN. tit. 19-A Â§902	X	X	X	6 months
Maryland md. Code ANN. FAM. I. Â§ 7-101 thru Â§7-103	X		12 X months	1 year
Massachusetts mAss. GEN. LAWS CH. 208 Â§ 1 mAss. GEN. LAWS CH. 208 Â§ 1A mAss. GEN. LAWS CH. 208 Â§ 1B mAss. GEN. LAWS CH. 208 Â§ 2	X	X		1 year13
Michigan miCH. Comp. LAW Â§ 552.6 miCH. Comp. LAW Â§ 552.7 miCH. Comp. LAW Â§ 552.9	X	X14	X	180 days
Minnesota miNN. STAT. Â§ 518.06 miNN. STAT. Â§ 518.07	X	X	X	180 days
Mississippi miss. Code ANN. Â§ 93-- -1 miss. Code ANN. Â§ 93-5-2 miss. Code ANN. Â§ 93-5-5	X	X15		6 months
Missouri mo. Rev. STAT. Â§ 452.305 mo. Rev. STAT. Â§ 452.320	X16		X	90 days
Montana moNt. Code ANN. Â§ 40- 4-104 moNt. Code ANN. Â§ 40-4-105	X	X	180 X days	90 days
Nebraska NeB. Rev. STAT. Â§ 42-349 NeB. Rev. STAT. Â§ 42-350 NeB. Rev. STAT. Â§ 42-353	X	X	X	1 year
Nevada NeV. Rev. STAT. Â§ 125.010 NeV. Rev. STAT. Â§ 125.020 NeV. Rev. STAT. Â§ 125.190	X17	X	1 year18	6 weeks
New Hampshire N.H. Rev. STAT. Â§ 458:5 N.H. Rev. STAT. Â§ 458:7 N.H. Rev. STAT. Â§ 458:7- A N.H. Rev. STAT. Â§ 458:26	X	X	2 years X	1 year

STATE	No Fault Sole Ground	No Fault Added to Traditional Incompatibility	Living Separate and Judicial Separation	Durational Residency Requirements**
New Jersey N.J. STAT. ANN. Â§ 2A:34-2 N.J. STAT. ANN. Â§ 2A:34-3 N.J. STAT. ANN. Â§ 2A:34-10	X	X19	18 months X	1 year
New Mexico N.m. STAT. ANN. Â§ 40-4-1 N.m. STAT. ANN. Â§ 40-4-2 N.m. STAT. ANN. Â§ 40-4-5	X	X		6 months
New York N.y. dom. Rel. Â§ 170 N.y. dom. Rel. Â§ 200 N.y. dom. Rel. Â§ 230	X	X21	1 year22 X	1 year/ 2 years23
North Carolina N.C. GEN. STAT. ANN. Â§ 50-6 N.C. GEN. STAT. ANN. Â§ 50-7	X		1 year X	6 months
North Dakota N.d. CENTURY CODE ANN. Â§ 14-05-03 thru Â§ 14-05-09 N.d. CENTURY CODE ANN. Â§ 14-05-17	X	X		6 months
Ohio OHIO ST. Â§ 3105.01 OHIO ST. Â§ 3105.03 OHIO ST. Â§ 3105.17 OHIO ST. Â§ 3105.61-65	X24	X25	1 year X	6 months
Oklahoma OKLA. STAT. TIT. 43 Â§ 101 thru 43 Â§ 103	X	X		6 months
Oregon OR. REV. STAT. Â§ 107.015 OR. REV. STAT. Â§ 107.025 OR. REV. STAT. Â§ 107.075	X	X		6 months
Pennsylvania 23 PA. CONS. STAT. ANN. 3301 23 PA. CONS. STAT. ANN. 3104	X	X	2 years	6 months
Rhode Island R.i. GEN. LAWS Â§ 15-5-2 R.i. GEN. LAWS Â§ 15-5-3 R.i. GEN. LAWS Â§ 15--3.1 R.i. GEN. LAWS Â§ 15-5-12	X	X	3 years X	1 year
South Carolina S.C. CODE ANN. Â§ 20--10 S.C. CODE ANN. Â§ 20--30	X		1 year	1 year/ 3 months26

South Dakota s.d. Codified LAW Â§ 25-- -2 s.d. Codified LAW Â§ 25-- -17.2 s.d. Codified LAW Â§ 25-- -30	X	X		X	None
Tennessee teNN. Code ANN. Â§ 36-- -101 thru Â§ 36-4-104	X	X	X	2 years X	6 months
Texas teX. Fam. Code ANN. Â§ 6.001 thru Â§6.007 teX. Fam. Code ANN. Â§ 16.301	X	X		3 years	6 months
Utah UtAH Code ANN. Â§ 30-- -1 UtAH Code ANN. Â§ 30-3-4.5	X	X		3 years X	3 months
Vermont Vt.STAT. ANN. tit15 Â§551 Vt.STAT. ANN. tit15 Â§555 Vt.STAT. ANN. tit15 Â§592	X			6 months X	6 months/ 1 year ²⁷
Virginia Va. Code ANN. Â§ 20-91 VA. Code ANN. Â§ 20-97	X			1 year ²⁸	6 months
Washington WAsH. Rev. Code Â§ 26.09.030	X		X ¹⁵	X	None
West Virginia W. VA. Code Â§ 48-5-103 W. VA. Code Â§ 48-5-105 W. VA. Code Â§ 48-5-201 thru Â§ 48-5-209 W. VA. Code Â§ 48-6-201	X	X		1 year X	1 year
Wisconsin Wis. STAT. Â§ 767.301 Wis. STAT. Â§ 767.315	X		X ²⁹	12 months X	6 months
Wyoming Wyo. STAT. ANN. Â§ 20-- -104 thru Â§ 20-2-107	X	X		X	60 days

Source:

http://www.americanbar.org/content/dam/aba/publications/family_law_quarterly/vol46/4win13_c_hart4_divorce.authcheckdam.pdf